



Eixo: Política Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Política de educação.

A TERCEIRA FASE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: NOVAS TENDÊNCIAS OPERANDO?

CLARA MARTINS DO NASCIMENTO¹

Resumo: Este artigo objetiva oferecer chaves analíticas para a fundamentação teórica da assistência estudantil no intuito de subsidiar a intervenção crítica dos Assistentes Sociais. Contempla as principais discussões realizadas em dissertação acadêmica, baseada em pesquisa documental, acerca da estruturação da assistência estudantil nos anos 2000 e sua relação com o processo de contrarreforma universitária. Aponta os principais *dilemas educacionais brasileiros*, na perspectiva florestiniana, para refletir sobre o atual formato e conteúdo destas ações – recuperando as tendências engendradas na sua *terceira fase*. Por fim, apresenta evidências que denunciam a hegemonia de um perfil de assistência estudantil burocratizado e produtivista.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistência Estudantil; Educação Superior.

THE THIRD PHASE OF STUDENT ASSISTANCE: NEW TRENDS OPERATING?

Abstract: This article aims to provide analytical keys to the theoretical foundation of student assistance in order to subsidize the critical intervention of Social Workers. It includes the main discussions carried out in an academic dissertation, based on documentary research, about the structuring of student assistance in the 2000s and its relation with the process of university counterreformation. It points out the main Brazilian educational dilemmas, from a Florestinian perspective, to reflect on the current format and content of these actions - recovering the trends engendered in its third phase. Finally, it presents evidences that denounce the hegemony of a profile of bureaucratized and productivist student assistance

Keywords: Social Work; Student Assistance; Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

A assistência estudantil é um tema que vem sendo bastante difundido no âmbito do Serviço Social, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 2000 – período no qual o processo de contrarreforma universitária fomentou a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <aslara88@gmail.com>.

criação de novos cursos e ampliação das vagas, inclusive mediante a interiorização das universidades públicas. Neste período, a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, via decreto presidencial, em 2010, foi fato decisivo à expansão da assistência estudantil, inclusive enquanto espaço sócio ocupacional dos Assistentes Sociais. O PNAES ao indicar a criação de Pró-Reitorias especializadas na gestão da assistência estudantil requereu a contratação de recursos humanos para a atuação nesta área. Sem dúvidas, o legado teórico-metodológico do Serviço Social frente a formulação e execução de políticas, programas e projetos sociais fez com que estes profissionais assumissem papel de destaque na assistência estudantil.

Contudo, ainda que a elevada participação do Serviço Social na assistência estudantil tenha impactado na difusão desta temática no interior da categoria – o que pôde ser evidenciado na expressiva quantidade de trabalhos aprovados e apresentados no eixo “Política Social e Serviço Social. Ênfase: Política de Educação” em um dos eventos mais expressivos da profissão, o XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS² – a mesma ainda carece de profundidade. Tendo sido essa uma constatação extraída tanto do *feedback* do supracitado GTP quanto das avaliações feitas pelos próprios apresentadores e avaliadores dos trabalhos apresentados no referido ENPESS, este artigo vem a somar na problematização desta questão, no sentido de buscar caminhos que fortaleçam a construção de conhecimento crítico no âmbito da assistência estudantil, inclusive para subsidiar a intervenção dos Assistentes Sociais.

A nossa participação nestes espaços de construção e socialização do conhecimento nos permitiram constatar que uma das principais lacunas no trato teórico-metodológico da assistência estudantil (tanto no espaço acadêmico quanto nas instituições responsáveis por sua operacionalização) tem a ver com a elucidação dos fundamentos que embasam estas ações: os

² Realizado entre os dias 04 e 09 de dezembro de 2016 em Ribeirão Preto/SP. Esta observação acerca do significativo número de trabalhos submetidos e aprovados no âmbito da educação (inclusive superando outras temáticas relacionadas à seguridade social), foi divulgada na reunião do GTP de Política Social, ocorrida no mesmo evento.

seus nexos mais intrínsecos com a histórica questão educacional brasileira. Creditamos duas causas a esta suposta insuficiência de aprofundamento teórico do tema: 1) o caráter recente de sua institucionalização mediante inserção na agenda política educacional, e, 2) as mudanças operadas no seu formato e objetivos frente à ofensiva educacional conservadora. De imediato, tais causas estão justificadas pelo *caráter ultra-elitista* da Universidade no Brasil uma vez que tardiamente as iniciativas de democratização do acesso e permanência dos estudantes foram consideradas. Ademais, o histórico conservadorismo que perpassa os projetos educacionais em disputa no país responde pelas limitações e retrocessos no âmbito das questões relacionadas a assistência aos estudantes.

Esta superficialidade no trato teórico do tema, que resulta na sua desistoricização, produziu e produz graves consequências para a conceptualização da assistência estudantil, ou seja, a definição do seu formato operacional e conteúdo. Sendo as principais: 1) o fortalecimento de concepções restritivas acerca do seu alcance e estruturação de suas ações; e, 2) a predominância de um caráter instrumental e funcional às políticas educacionais vigentes (em sua maioria, comprometidas ao projeto educacional dominante). As referidas consequências estiveram bastante presentes na realidade educacional dos últimos 10 anos (considerando o REUNI como sendo um marco ao ingresso da Assistência Estudantil em uma *nova fase*), e, de suas análises resultaram prognósticos acerca do perfil da assistência aos estudantes no bojo da contrarreforma educacional dos anos 2000. Nesta direção, temos vislumbrado, ao longo de nossa produção acadêmica, tendências de estruturação da Assistência Estudantil, na sua *terceira fase*, que, a nosso ver, vem sendo operadas no atual cenário de crise do projeto de contrarreforma universitária dos anos 2000.

Pretendemos, neste artigo, após resgatar os fundamentos da assistência estudantil (reafirmando os seus elos com a história educacional brasileira), recuperar aquelas tendências imperantes na sua *terceira fase* a fim de problematizar a sua atual concretização. Nesta oportunidade, consideramos a

mais recente crise do projeto governamental de “democratização do ensino superior” revelada nos significativos cortes orçamentários, insuficiência e precarização das condições necessárias para manter os novos cursos criados nas Universidades públicas como um detonador para que aquelas tendências operem.

2. OS FUNDAMENTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A primeira questão de ordem teórica que lidamos ao tentar fundamentar a assistência ao estudante trata-se da sua conceptualização. Isto porque não existiu consenso acerca da concepção de assistência estudantil: a natureza destas ações (política ou programa), onde estariam situadas no rol das políticas sociais, qual setor estaria responsável pelo seu planejamento e operacionalização. A produção teórica acumulada nesta área contemplou, historicamente, duas principais concepções: a) aquelas que elucidaram as interfaces da assistência estudantil tanto com a política de educação quanto com a política de assistência social e, com isso, partiram do marco teórico de ambas políticas (suas diretrizes e princípios) para compreender a assistência estudantil.

E, aquelas produções que situaram a assistência estudantil estritamente no âmbito das políticas educacionais³, tratando-a ora como uma política educacional isolada ora como parte integrante da própria política educacional. Problematicando este último aspecto, Duarte Jr. (2013, p. 75), por exemplo, concebeu-a “[...] enquanto plano de ação governamental, a ser operado pelas IES, devendo integrar a política de educação e não se constituir uma política a parte”. Neste sentido, pensou a assistência estudantil inserida num rol de ações necessárias à efetivação do direito à educação (e, portanto, nas condições de acesso e permanência na mesma).

³ Com relação à primeira concepção, destacamos as produções de Rocha (2003), Araújo, (2003); Barreto (2003), Alves (2002) e Garrido (2012). Já com relação à segunda, destacamos Kowalski (2012), Duarte Júnior (2013), Alves (2015).

É importante ressaltar que estas produções acompanharam o movimento histórico do desenvolvimento da assistência estudantil, ou seja, o próprio amadurecimento de suas ações e inserção nos diagramas institucionais. Neste sentido, aquelas produções que antecederam a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, em 2007, dificilmente vislumbraram a assistência como um tema exclusivo da educação – até mesmo porque esta concepção foi fortalecida pela contrarreforma universitária dos anos 2000, que, definitivamente situou-a como sendo uma responsabilidade das IFES (a partir do PNAES) e, também previu a destinação de recurso pelo Ministério da Educação/MEC (mediante o ENEM/SISU).

A nosso ver, esta busca pela compreensão da natureza da assistência estudantil – o esforço de sua conceptualização – implica diretamente nas possibilidades de melhor definirmos os objetivos e alcance destas ações, coerente com um projeto de Universidade crítica, gratuita e socialmente referenciada. Assim, desvelar mais essencialmente os seus fundamentos, significa fortalecer as respostas críticas a serem dadas aos dilemas que perpassam a formulação, implementação de um projeto de assistência estudantil que, de fato, esteja comprometido com uma educação emancipadora. Nesta direção, pensamos que a própria história da assistência aos estudantes no Brasil denuncia a sua vinculação às questões educacionais, a sua integração à esta política. Daí a necessidade do seu resgate.

Inicialmente, vale ressaltar a posição primordial que alcançou a compreensão da assistência ao estudante aliada a ideia restrita da destinação de recursos financeiros com o intuito de subsidiar a formação escolar. As primeiras iniciativas no Brasil desenvolveram-se acompanhando, inclusive, o perfil elitista da própria educação, sobretudo na modalidade superior. Nesta direção, no século XIX, tais ações estariam voltadas à concessão de recursos públicos para o financiamento dos estudos dos filhos das elites brasileiras no exterior – os únicos que acessavam essa modalidade de ensino⁴.

⁴ O formato focalizado e emergencial da assistência estudantil foi, posteriormente, aprimorado pelo Estado e estendido as classes subalternas como forma de responder às manifestações da

Contudo, foram os sujeitos políticos emergentes no bojo mesmo do chamado *Movimento de Reforma Universitária* (FERNANDES, 1975) responsáveis pela politização da questão, ou seja, a estruturação e reformulação dos seus princípios e formato a partir de uma demanda social, o que garantiu, sua legitimidade social. Este período, por fomentar uma alteração nos rumos da ainda recente história da assistência estudantil, comporta mediações essenciais que respondem pelos seus fundamentos, exigindo a nossa maior atenção para o tema da Reforma Universitária brasileira⁵.

Mesmo considerando o caráter tardio das tentativas de Reforma Universitária no Brasil, datadas da primeira metade do século XX, sua importância histórica nos permite evidenciar este processo como sendo um dos principais *dilemas educacionais* vivenciados neste país. Isto porque, na acepção de Fernandes (1975), o conservadorismo e a dependência acompanharam a gênese e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

Este mesmo autor ressalta que as primeiras instituições educacionais resultaram da transplantação de modelos educacionais, por vezes senis, que, quando implementados na realidade brasileira, sem as devidas mediações de nossas particularidades, tornavam-se rapidamente empobrecidos. Para Fernandes (1975), este processo de *senilização institucional precoce* somado ao *caráter ultra-elitista* do ensino superior (manifesto na restrição do número de vagas e na extrema especialização unilateral da Universidade) respondiam pela disseminação de uma escola superior obsoleta: distante dos problemas

questão social, no ambiente escolar. Referimo-nos à década de 1930 na qual as questões educacionais na agenda pública passam a constituir-se em exigências à “modernização” proposta pelo Governo de Getúlio Vargas

⁵ Sobre a Reforma Universitária de 1968, interessa-nos, enfatizar o seu caráter político, encarado como uma particularidade deste processo no Brasil, e que portanto o diferencia das experiências vivenciadas em outros países da América Latina. Isto porque, neste país, as propostas de mudança do ensino superior superaram seus próprios marcos, agregando as reivindicações dos demais setores da sociedade pelas chamadas reformas de base. Tal particularidade levou Fernandes (1975) à conclusão de que a significação política e a orientação deste processo fizeram dele um Movimento Social, uma vez que estando voltado para a ruptura com o conservadorismo no ensino superior assumia a necessidade da condução de reformas institucionais que superassem o estreito limite das alterações na estrutura física e didático-pedagógica do ensino superior brasileiro. Nesta conjuntura, os estudantes atuaram enquanto sujeitos políticos de fundamental importância à consolidação desta dimensão de totalidade social às lutas que vinham sendo travadas nos diversos setores da sociedade brasileira, incluindo, a educação.

nacionais, demarcada pela hierarquização na relação professor-aluno, subsumida à lógica da acumulação de capitais, e, portanto, aos interesses privados (FERNANDES, 1975).

Tais processos demarcariam a existência de um suposto *padrão brasileiro de escola superior* (FERNANDES, 1975). Este padrão seria uma moldura para os dilemas educacionais vivenciados no país, ou seja, enquanto as deficientes instituições de ensino demandariam alterações estruturais e complexas (seguidas de transformações substanciais nos seus aspectos didático-pedagógicos), as respostas a tais necessidades educacionais, eram insuficientes. Por um lado, o avanço do estágio do capital monopolista engendrava a necessidade de extensão do ensino superior as classes subalternas, mas, por outro lado, o conservadorismo do sistema educacional limitava a procura e resistia às mudanças internas.

O *padrão brasileiro de escola superior*, enquanto categoria que sintetiza a história da Universidade brasileira, oferece-nos importantes chaves analíticas para avançar na abordagem da assistência estudantil – uma vez que, a sua gênese e desenvolvimento evidenciam o dilema entre: a necessidade de sua expansão e os entraves conservadores empreendidos na definição de seu formato, alcance e conteúdo. Neste sentido, os seus fundamentos dialogam com a histórica forma de desenvolvimento da nossa Universidade, nos seus aspectos mais essenciais.

Para a temática em questão neste artigo, é importante ressaltar esta relação entre o fortalecimento do Movimento Estudantil (e a maturação de suas bandeiras) com o amadurecimento da própria pauta da Assistência Estudantil, e, conseqüentemente as primeiras tentativas de sua institucionalização ao nível estatal.

Remete à década de 1970, por exemplo, a criação do Departamento de Assistência ao Estudante/DAE, vinculado ao Ministério da Educação/MEC e a tentativa, sem sucesso, de construção de uma nova política para a educação superior na gestão do então Ministro da Educação Marco Maciel com previsão de recursos custeio de um plano nacional de recuperação e conservação de

prédios de refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em instituições de Ensino Superior. No final dos anos 1980 e ingresso dos anos 1990, no período da transição “democrática” brasileira, o tema da assistência estudantil começou a estruturar-se de forma mais sistemática em algumas IFES, devido sobretudo as elaborações e reivindicações da União Nacional Estudantil – UNE e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE. Estes dois *aparelhos privados de hegemonia* (GRAMSCI, 2011) tiveram papel de destaque na crítica ao lugar marginal ocupado pela assistência aos estudantes universitários na agenda educacional do governo brasileiro, assim como na definição do seu conteúdo.

À medida que as Instituições federais de Ensino Superior/IFES estruturavam ações nesta área, novas organizações estudantis foram sendo criadas para defesa da ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes na universidade pública. Tivemos, inclusive, a organização política dos próprios usuários da assistência em torno de iniciativas como o Movimento de Casas de Estudantes/ MCE, cuja instância articuladora, a nível nacional, é a Secretaria Nacional de Casas de Estudante/ SENCE, criada no final da década de 1980.

Tais ações demarcariam o que Kowalski (2012), realizando uma investigação bibliográfica sobre a formalização da assistência estudantil no Brasil, situou numa *segunda fase* da assistência estudantil, iniciada com a criação do FONAPRACE, na década de 1980. Os debates e sistematizações promovidos por este Fórum teriam contribuído para “romper” com o elitismo da assistência estudantil, uma vez que, na sua *primeira fase* (caracterizada pela consolidação das primeiras universidades, na primeira metade do século XX) estas iniciativas estariam direcionadas, sobretudo, para subsidiar os custos adicionais (formação complementar no exterior) dos filhos das elites brasileiras.

É consenso que teria sido somente nos anos 2000 que as ações assistenciais integradas à educação superior passariam a ter maior legitimidade na agenda governamental. Neste sentido, a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, em 2007, marcou o início de

uma nova fase destas ações – apontada por Kowalski (2012) como uma *terceira fase* – sobretudo, pela sua vinculação às propostas de expansão do ensino superior conduzidas pelo governo federal. Neste período, as pautas reformistas em prol de melhorias das instalações físicas das universidades e aumento das contratações de professores somaram-se a agendas políticas defendidas em significativas mobilizações estudantis.

Foi somente no ano de 2010 que o governo Lula institucionalizou o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES – a partir do decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 –, garantindo a obrigatoriedade da formulação e operacionalização da assistência estudantil nas IFES. Atualmente, este é o programa que direciona a construção das políticas de assistência nessas instituições, determinando as áreas estratégicas de construção dos programas e projetos que atendam ao objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes no ensino superior público.

Esta *terceira fase* da assistência estudantil acompanhou uma “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA, 2005) inaugurada pelo governo Lula. Neste sentido, a compreensão das mais recentes determinações impostas a assistência estudantil, na segunda metade dos anos 2000, exige a crítica aos processos contrarreformistas instaurados no ensino superior. Por este ângulo, interessa-nos consolidar nossas reflexões acerca dos atuais rumos da assistência recuperando aquelas tendências, outrora apontadas, e, buscando evidenciar as suas mais recentes expressões.

2.1. As tendências da assistência estudantil na sua terceira fase

Os processos de contrarreforma universitária intensificados nos anos 2000 foram exaustivamente analisados no decorrer desta década⁶. Dentre os seus principais aspectos poderíamos destacar: 1) a privatização/mercantilização do ensino superior – expressa na expansão das instituições privadas e, em programas como o Programa Universidade para

⁶ Dentre alguns títulos, destacamos as produções da Andes (2007), Cislagui (2010), Lima (2005); Mancebo (2012), Neves; Pronko (2008), Sguissardi (2009).

Todos/PROUNI, o Fundo de Financiamento Estudantil/FIES, além das Fundações de Apoio; 2) a ampliação do Ensino à Distância/EAD e, 3) a expansão das vagas nas universidades públicas e o aumento das exigências de produtividade, pela mediação, de programas como o Exame Nacional do Ensino Médio, novo Enem, vinculado ao Sistema de Seleção Unificada/SISU, e, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI.

Tais aspectos materializaram a agenda da chamada “democratização” universitária comportando, as principais mediações que determinam uma mudança de fase da assistência estudantil – caracterizada pela sua institucionalização (a partir da aprovação do PNAES) e integração à agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000, junto a programas como o REUNI e o ENEM/SISU. Antes de adentrarmos nas tendências que esta nova fase engendrou no âmbito da assistência estudantil, chamaremos atenção para a sua importância do ponto de vista da “ampliação” destas ações⁷.

Referimo-nos à “ampliação” mais no sentido do aumento de sua legitimidade, e, conseqüente sistematização e institucionalização a partir de sua incorporação aos organogramas institucionais, do que ao seu alcance quantitativo e qualitativo – ainda que este tenha sido bastante significativo. Isto porque a própria dinâmica de expansão da assistência ao estudante tendo ocorrido no bojo dos processos contrarreformistas (não esqueçamos que a assistência estudantil ocupou uma sessão específica do texto legal do REUNI) assumiu a formatação, em termos de concepção e estrutura, *possíveis*, dentro dos limites do projeto educacional dominante: uma *assistência estudantil consentida*⁸. Este caráter consentido apresenta-se como uma particularidade

⁷ A nosso ver, atualmente este cenário altera-se substancialmente diante da crise educacional que implica num abrupto contexto de restrição e cortes orçamentários (inclusive no âmbito dos principais programas da contrarreforma universitária da gestão petista) levando a interrupção daqueles intentos expansivos vivenciados na *terceira fase* da assistência estudantil.

⁸ Aqui, parafraseamos a categoria “reforma universitária consentida” construída por Florestan Fernandes (1975) para referir-se a interferência do governo militar na condução das pautas do “Movimento de Reforma Universitária” da década de 1960. Esta interferência resultou na adequação do projeto de reforma universitária aos interesses da autocracia burguesa. No caso da assistência estudantil, serve para denotar o seu ajustamento as contrarreformas educacionais dos anos 2000.

da assistência na sua *terceira fase* e caracteriza-se pela significativa alteração do conteúdo e formato das suas ações; pela mudança substancial empreendida no projeto de assistência historicamente defendido pelos movimentos sociais da educação.

Mais uma vez recorrendo a história educacional brasileira, sabemos a partir de autores como Cunha (1988) e Fernandes (1975; 1989) que a mesma foi demarcada por *dilemas educacionais*. Estes, na acepção de Florestan Fernandes, resultam da contradição entre as demandas expansionistas postas pela dinâmica do *capitalismo dependente* (FERNANDES, 1976) brasileiro, e os entraves que a sua histórica dependência socioeconômica e cultural, o *farisaísmo das elites culturais*, somados a outros elementos que a formação social do Brasil⁹ impuseram à sua efetivação. Nos anos 2000, estas determinações estão evidenciadas na hegemonia de projeto educacional dominante comprometido com a consolidação de uma *universidade de modelo operacional* (CHAUÍ, 1999)¹⁰, ou, na acepção de Sguissard (2009), de uma *universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva*. Nesta conjuntura, a assistência estudantil, expande integrada à uma agenda educacional comprometida com o projeto educacional dominante.

Em estudos anteriores, chegamos à conclusão de que aquela significativa “ampliação” da assistência apresentou-se como possibilidade concreta na história não somente por ter sido resultado da incorporação, pela agenda oficial, de uma das principais demandas dos movimentos sociais da educação na defesa das condições de acesso e permanência dos estudantes na Universidade – alvo, portanto de lutas e resistências por parte da comunidade acadêmica. As próprias alterações sofridas pelo projeto de assistência nos permitiu concluir que esta “ampliação” se deu, também,

⁹ Três principais elementos da formação social brasileira são recuperados por Santos (2012) a partir de (NETTO, 1996 APUD SANTOS, 2012) sendo os mesmos: 1. O caráter conservador da modernização operada pelo capitalismo brasileiro, 2. Os processos de “revolução passiva” e, 3. A centralidade da ação estatal para a constituição do capitalismo brasileiro.

¹⁰ O que Chauí (1999, s/n), retomando uma expressão de Freitag (1996 APUD CHAUÍ, 1999), chamou de “universidade operacional” traduz a atual tendência da consolidação da universidade brasileira produtiva e flexível “[...] regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível [...]”.

mediante perdas no âmbito dos históricos compromissos pedagógicos e políticos da assistência. Neste sentido, o caráter instrumental que a assistência estudantil foi sendo convocada a assumir – produzir respostas concretas às propostas produtivistas dos programas do chamado “processo de democratização da educação superior”, evidencia a outra face da sua “ampliação”: a funcionalidade da *assistência estudantil consentida* às propostas contrarreformistas definidas pela agenda governamental, articuladas à construção do modelo de *universidade operacional*.

Em outras palavras, a expansão da assistência aos estudantes nos anos 2000 (um dos momentos mais significativo de sua história) contraditoriamente, fortaleceu tendências regressivas como: 1) a exclusividade (e o rebaixamento) do corte de renda como critério de acesso às suas ações, 2) a sua desistoricização mediante vinculação exclusiva ao REUNI, e, 3) a incorporação de uma lógica produtivista pelos serviços e programas desenvolvidos. Cabe aqui considerações pontuais acerca de tais tendências.

Na sua *terceira fase*, quatro argumentos oficiais serviram para justificar a integração da assistência estudantil à agenda contrarreformista dos anos 2000: 1) sua contribuição para o controle das taxas e evasão e retenção nas IFES, 2) sua contribuição para aumento da produtividade das vagas nas IFES, 3) sua contribuição à promoção da rotatividade dos estudantes entre as IFES e, 4) o fortalecimento dos processos de “democratização” do ensino superior. Sabemos que tais argumentos são históricas bandeiras de luta dos movimentos que defendem a garantia do acesso universal e permanência dos estudantes no ensino superior público mediante a oferta de condições materiais e imateriais que possibilitem a qualidade desta formação. E, ademais, *atuar para minorar os efeitos da desigualdade socioeconômica do corpo discente* é uma proposta que assume centralidade na assistência estudantil desde sua reconfiguração na segunda metade do XX. À época, este debate estruturou-se, inclusive, ampliando a concepção das desigualdades de renda, outrora restrita

à condição socioeconômica, abarcando também os aspectos da subjetividade dos estudantes¹¹.

Sendo assim, onde residiria o caráter regressivo da vinculação da assistência estudantil ao alcance de tais bandeiras de luta? Seria oportuno refletir as contradições desta ampliação ou ela em si mesma representou um avanço incomensurável para a assistência estudantil a ponto de tornar os entraves problemas mais técnicos do que políticos? Parece-nos que, num primeiro momento, houve um superdimensionamento do caráter positivo da expansão – pelo menos até o momento em que as expressões daquelas contradições começaram a se acirrar na realidade das IFES. Contudo, basta uma análise atenta e crítica de tais relações entre assistência estudantil e contrarreforma do ensino superior para responder tais questionamentos.

Amparados nas produções de Lima (2005) e Neves & Pronko (2008) ressaltamos que, no contexto da contrarreforma universitária dos anos 2000, a bandeira da democratização do ensino superior foi alvo de ressignificações conservadoras responsáveis por instrumentalizar os seus conteúdos na direção dos objetivos educacionais em voga no país. Neste sentido, a expansão proposta pelo REUNI, a partir do alcance da sua meta de elevação da taxa de conclusão média dos estudantes de graduação e aumento da relação professor-aluno, pressupôs, por exemplo, o controle das taxas de evasão e retenção universitária. Contudo, no âmbito do Programa, o indicador do controle das taxas de evasão e retenção nas IFES é a capacidade destas instituições substituírem, de forma mais eficiente, as suas vagas ociosas. A avaliação que deveria resultar do acompanhamento dos estudantes concluintes a partir de sua trajetória no curso não se concretiza, e, neste sentido aqueles objetivos outrora reafirmados pela assistência estudantil de comprometimento com a qualidade da formação superior não se efetivam.

Ademais, a articulação entre e o PNAES os programas da contrarreforma universitária, tais como o REUNI, foi anunciada pelo Ministério

¹¹ Tanto que a última pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES realizada pelo FONAPRACE (2011) coletou dados significativos sobre as dificuldades emocionais enfrentadas pelos estudantes na trajetória acadêmica.

da Educação/MEC desconsiderando o histórico da assistência na universidade pública. No discurso oficial, estas ações emergiram com o REUNI, ora como condição, ora como resultado da expansão promovida pelo Programa, e, portanto, tendem a serem pensadas nos limites instituídos pelo mesmo, perdendo as raízes que a vinculam a projetos educacionais emancipatórios. A consequência mais direta de tal vinculação ganha expressão no cotidiano das IFES reiterando aquela tendência apontada: a da incorporação, pelas próprias políticas de assistência estudantil, da mesma lógica produtivista do REUNI. Ou seja, as instâncias responsáveis pela operacionalização da assistência passam a incorporar critérios de acesso e permanência que permitam a rotatividade dos estudantes no seu âmbito, tendo como principais consequências o desligamento daqueles estudantes que não conseguem enquadrar-se aos critérios exigidos, “liberando” as vagas para novos usuários. Duas principais expressões deste processo são: 1) o predomínio da exigência de contrapartidas acadêmicas, baseadas no desempenho acadêmico dos estudantes, e, 2) a contraditória redução do valor das bolsas mediante o aumento do número de projetos e programas de forma a contemplar mais estudantes a um custo menor.

Em outras palavras, a ressignificação conservadora das históricas bandeiras educacionais e sua vinculação ao conteúdo da assistência estudantil fez imperar, neste sentido, a exclusividade dos critérios socioeconômicos para o acesso aos serviços ofertados pela assistência. Deriva daí, inclusive, o enfraquecimento de uma concepção mais ampliada das dificuldades acadêmicas¹², e, com isso, a tímida presença de atividades de cunho pedagógico nos projetos e programas institucionais desenvolvidos nas IFES.

¹² Inclusive, neste contexto, os próprios critérios de renda para acesso aos programas assistenciais estudantis foram rebaixados. A aprovação do Decreto 7 234 de 19 de julho de 2010 que institucionalizou o PNAES, alterou o termo da Portaria Nº 39 do MEC que considerava a prioridade dos estudantes até 02 (dois) salários mínimos per capita para 1 e 1/2 salário mínimo.

Tais considerações nos incitam a problematizar a expansão da assistência nas IFES, concebendo-a não como um avanço em si mesmo, uma vez que projeto educacional legitimado neste cenário possuía nexos orgânicos com as propostas produtivistas. Estas propostas foram fortalecidas a partir da reformulação de bandeiras de lutas históricas, e, portanto, causaram impactos nefastos à própria forma de gestão e estruturação da assistência estudantil. Por fim, o atual cenário de crise educacional parece-nos acirrar estas tendências engendradas na *terceira fase* da assistência estudantil. Sobre este aspecto, faremos algumas sínteses, ainda que de caráter aproximativo.

3. AS EXPRESSÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS ANOS 2000: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Vimos afirmando que, nos anos 2000, a assistência estudantil teria ingressado na sua *terceira fase* marcada pela institucionalização do PNAES e incorporação de suas ações à agenda contrarreformista do ensino superior, no bojo de programas como o REUNI. Esta fase representaria, inclusive, um dos momentos mais significativos da sua história por fomentar a sua “ampliação”. Contudo, este processo expansivo empreendeu uma mudança substancial do formato e conteúdo dos projetos e programas da assistência estudantil e pôde ser compreendido, a nosso ver, a partir dos seus nexos com os objetivos da contrarreforma universitária, sintetizados no aumento da produtividade da Universidade, no aligeiramento da formação e, nos processos de privatização interna da mesma.

A nosso ver, a contradição entre a significativa expansão da assistência estudantil – o aumento de sua legitimidade e alcance quantitativo – e a reconfiguração de seu histórico conteúdo político e pedagógico instaurou uma situação inédita. Tendencialmente, a assistência caminhou para: 1) a exclusividade (e o rebaixamento) do corte de renda como critério de acesso às suas ações, 2) sua desistoricização mediante vinculação exclusiva ao REUNI, 3) a incorporação de uma lógica produtivista pelos serviços e programas desenvolvidos no seu âmbito.

Nesta oportunidade, defendemos que a atual crise política brasileira e seus impactos na educação, vistos, sobretudo, nos gigantescos cortes orçamentários e, conseqüente sucateamento da infraestrutura, programas e serviços nas universidades públicas, faz operar aquelas tendências engendradas no bojo mesmo do movimento expansivo da assistência estudantil (inclusive, acirrando suas dimensões). Podemos evidenciar as expressões destas tendências no cotidiano das instituições que operacionalizam as ações da assistência estudantil, e, sobretudo na intervenção dos profissionais desta área – com destaque para os Assistentes Sociais.

No caso do Serviço Social, os profissionais vêm sofrendo a alienação do trabalho desenvolvido nesta área, marcado pela sua padronização, cumprimento de metas, extensão da carga horária de trabalho, fragmentação dos editais etc. Afora as pressões psíquicas derivadas dos processos seletivos nos quais o número restrito de vagas obriga o profissional a eleger “os mais necessitados dentre os necessitados”, sob critérios rebaixados de renda.

Tais critérios de renda vêm se apresentando, na realidade das IFES, como única alternativa de hierarquizar as vagas nos processos seletivos. A restrição do número de bolsas e vagas nos equipamentos e serviços da assistência estudantil fortalecem um tipo de consenso institucional que considera a renda como sendo o principal critério emergencial. De tal modo, que as discussões de outros indicadores de acesso às ações não avançam. Isto significa rebaixar a assistência estudantil à dimensão restrita de um auxílio financeiro.

Contudo, é importante ter em mente que essa dimensão se torna uma máxima somente quando não se há possibilidade de vislumbrar outros modelos de planejamento e gestão da assistência aos estudantes. Isto porque a Universidade brasileira, marcada pelo seu *caráter ultra-elitista*, historicamente, não conseguiu viabilizar infraestrutura de serviços básicos de alimentação, dormitórios, espaços de convivência, creches e bibliotecas de qualidade aos estudantes, por exemplo. Assim, nesta conjuntura, banaliza-se o debate sobre

a universalização da assistência estudantil – a eliminação dos processos seletivos para inserção dos estudantes nas suas ações – possível a partir da construção de equipamentos que façam parte da infraestrutura permanente da universidade e que sejam acessíveis a todos.

Outro detonador à materialização daquelas tendências tem a ver com o aumento da burocratização da assistência estudantil. Como evidenciamos, por exemplo, o exercício do controle das taxas de evasão e retenção a partir de uma lógica de substituição de vagas e o aumento das contrapartidas dos estudantes – tanto acadêmica, através do controle do desempenho acadêmico, quanto relacionada à prestação de serviços à universidade, servindo como força de trabalho barata para as instituições – assumindo, assim, os déficits de recursos humanos das mesmas. Ademais, tal burocratização implicou no aumento do lançamento periódico de diferentes editais, que, por sua vez, mobilizam constantemente a equipe, já deficitária, para sua execução.

Nesta direção, subestima-se aquelas atividades pedagógicas que implicam na: 1) formação de grupos de estudos entre os técnicos da assistência, com participação dos estudantes, para refletir as demandas institucionais e as respostas a serem dadas, assim como a maturação dos fundamentos teórico-metodológicos da assistência estudantil, 2) ocupação dos profissionais com as demandas espontâneas, uma vez que, cada vez mais, o estudante perde o livre acesso aos serviços e suas demandas são condicionadas à inscrição nos editais, 3) elaboração de oficinas, palestras, grupos de estudos e minicursos que historicamente se colocaram na assistência como forma de responder aquelas questões recorrentes que emergem no cotidiano institucional e possuem caráter totalizante: os temas relacionados às drogas, sexo, homofobia, orientação profissional etc. Em suma, todas aquelas atividades de caráter pedagógico que ampliam os horizontes de alcance da assistência estudantil.

Por outro lado, a materialização destas tendências imanentes ao movimento expansivo da política nos anos 2000, diante dos impactos que vem causando nas IFES, situa a assistência estudantil como prioridade das pautas

defendidas pelos movimentos da educação. Depois de passado o momento da euforia de sua “ampliação”, estamos presenciando um momento de reflexões no bojo daqueles movimentos acerca do planejamento e modelos de gestão da assistência estudantil. O debruçar-se sobre o: “que assistência estudantil queremos?”. Resistências que vem ganhando forças nas mobilizações estudantis, e, ainda, nas pautas reivindicatórias do próprio quadro profissional responsável pela operacionalização destas ações nas IFES – com destaque para a categoria dos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.5, 2002.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

_____. **O Elo Assistência e Educação: análise Assistência/Desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BARRETO. Walewska Faria A. **O Programa de Bolsa de Manutenção Acadêmica como Política de Assistência ao Estudante da UFPE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior**. Brasília, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999.

CISLAGHI, Juliana Fiúza. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

DUARTE Jr, Nestor Gomes. **A assistência Estudantil e as Cotas Sociais nas Universidades Estaduais do Nordeste: as faces do acesso ao direito.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE), 2011 Brasília. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.** Brasília, 2011.

GARRIDO, Edleusa Nery. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. **Anais...** Cachoeira, BA: Seminário Universidade Sociedade, Semana Kirimurê, 2012.

GRAMCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo.** Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MANCIBO, Deise; SILVA Jr, João dos Reis (Org.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

ROCHA, Sheilla N. R. As perspectivas de operacionalização da assistência estudantil no espaço universitário: limites/ possibilidades para o acesso e permanência no ensino superior público. In: FONTE, E. M. M. (Org.). **Limites e**

Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: análises de sua operacionalidade. Recife: PROCADE, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, 6).

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Caderno ANDES 25**, Brasília, 2007.

SGUISSARD, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI.** São Paulo: Cortez, 2009.